

O rendimento em Portugal ao longo da última década

1. A PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA ECONÓMICA

Vamos colocar-nos, para efeitos da nossa análise, numa perspectiva que, sem negar o interesse e a validade da análise económica estrita, nos permita enquadrar as questões propostas no âmbito de uma investigação de sociologia económica.

Como propõe Neil J. Smelser, «a sociologia económica é a aplicação do esquema geral, variáveis e modelos explicativos da sociologia (ao) complexo de actividades que se refere à produção, às trocas e ao consumo de bens e serviços escassos»¹. A ciência económica trabalha com um «aspecto principal» da vida social. Sendo esta uma definição lata de economia, várias questões se podem de imediato colocar: como vai ser definido esse aspecto económico? Que outros aspectos estão presentes? Como estão eles relacionados com o «económico» e uns com os outros?

Na literatura económica confrontamo-nos frequentemente com referências aos aspectos não económicos da vida social. Porém, raramente se encontram tentativas no sentido de os definir com rigor; são usados mais para indicar que o território económico tem fronteiras fora das quais se encontram outras tantas variáveis psicológicas, sociológicas, políticas...

A teoria económica é um esquema abstracto capaz de elucidar um problema empírico específico, mas apenas sob um conjunto determinado e bem definido de condições. Essas condições são definidas pelo economista sob a forma de postulados e parâmetros; ainda aqui, e sem que seja oportuno neste momento desenvolver, confrontamo-nos com posicionamentos diferentes por parte dos economistas, estabelecido que seja o problema de análise, quanto aos parâmetros e postulados a reter.

É justamente ao nível da definição desses postulados e parâmetros que importa demonstrar que estes possuem mais do que um significado económico, «articulam-se com outras partes da teoria dos sistemas sociais em específicas formas teóricas»². Ao nível empírico, portanto, os fenómenos a analisar devem ser vistos como resultantes de factores económicos e não económicos. Assim, não só existe uma sociologia da vida económica, como os factores não económicos condicionam o comportamento das variáveis estritamente económicas. Segundo T. Parsons e Neil J. Smelser (*Economy and Society*), a teoria económica deve ser considerada como a teoria dos

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

¹ Neil J. Smelser. *A Sociologia da Vida Económica*, trad. brasileira. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968, p. 62.

² Talcott Parsons e Neil J. Smelser. *Economy and Society* (1.ª ed., 1956). Londres: Routledge & Kegan Paul, 1984, p. 2.

processos típicos na «economia», a qual é um subsistema diferenciado de outros subsistemas da sociedade.

A teoria económica é entendida, segundo estes autores, como um caso especial da teoria geral dos sistemas sociais:

(...) usamos esta concepção da economia como um subsistema diferenciado (...) para tentar relacionar a economia, sistematicamente, como os outros subsistemas da mesma sociedade. Tal obtém-se analisando os processos de *input-output* ao nível do subsistema, os quais são simultaneamente processos de troca entre subsistemas³.

Na esteira da colocação do problema nestes termos, Luhmann sugere que «as teorias sociológicas sobre os subsistemas primários da sociedade, em particular sobre os domínios da política, da economia, da ciência, da vida familiar, podem já tomar contornos precisos se, e é esta a questão central, alterarmos as referências e tratarmos cada sistema (o político, o económico, etc.) dentro de um dado contexto social»⁴. Caminhar para uma teoria sociológica da economia implica «ser capaz, tomando a economia como um subsistema da sociedade, de indicar as estruturas e mecanismos através dos quais a economia se adapta a mudanças na complexidade social»⁵.

A tese central de Luhmann é a de que «a sociologia económica apenas pode ser desenvolvida se a sua abordagem assentar, não no conceito de sociedade económica, mas no conceito de economia como um subsistema da sociedade. Esta reorientação conceptual (...) não só conduz a uma melhor compreensão da própria economia, como também se apoia na relação da economia com a sociedade»⁶.

Tratar os factores não económicos que influenciam os factores estritamente económicos como meramente dados é cientificamente insatisfatório. Tratá-los como resultantes de «propensões» (Keynes) é, ainda que um passo em frente, uma explicação que pode degenerar em lei. A sociologia económica tem, assim, um campo de análise particularmente vasto e que deve ser canalizado no sentido de melhor elucidar quer a ciência económica, quer os outros ramos das ciências sociais. Como diria Smelser, o primeiro foco de análise da sociologia económica centra-se nas actividades económicas em si mesmas; o investigador de sociologia económica interroga-se sobre a forma a partir da qual essas actividades são estruturadas em papéis e colectividades; quais os valores que as legitimam; quais as normas e sanções que as regulamentam; e como todas estas variáveis sociológicas interagem nessas actividades económicas. O segundo foco de análise está nas relações entre as variáveis sociológicas nas suas manifestações em contextos económicos e nas variáveis sociológicas nas suas manifestações em contextos não económicos.

Com esta breve exposição sobre o campo coberto pela sociologia económica pretendeu-se tão-só balizar a nossa perspectiva de análise. Significativamente, Talcott Parsons e N. J. Smelser dedicam o seu trabalho *Economy and Society* a dois dos maiores pioneiros no caminho da integração da teoria económica e da teoria sociológica — Max Weber e Alfred

³ Talcott Parsons e Neil J. Smelser. *op. cit.*, p. 38.

⁴ Niklas Luhmann. *The Differentiation of Society*, Nova Iorque. Columbia University Press, 1982, p. 192.

⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 193.

⁶ *Id.*, *ibid.*, pp. 221-222.

Marshall. A evolução recente da história intelectual aponta decididamente para que nem o economista nem o cientista social possam ignorar o que fica para além das fronteiras institucionais das suas respectivas disciplinas.

2. RENDIMENTOS E INFLAÇÃO EM PORTUGAL

Vamos colocar-nos, para efeitos da nossa análise, numa perspectiva que privilegie os agentes económicos. Teremos, assim, o sector famílias, que definiremos, em função, aliás, dos elementos estatísticos disponíveis, como o sector que inclui não só as famílias como consumidores, mas também «todas as empresas individuais não compreendidas nas quase sociedades»⁷; o sector das empresas ou sociedades que enforma o grosso das entidades empregadoras dos «factores» e, nomeadamente, do factor trabalho; e o sector do Estado fornecedor ou enquadrador de bens e serviços específicos quer ao primeiro quer ao segundo sectores, atrás definidos.

Não se tratando de um balanço da política económica levada a cabo neste período, vamos centrar a nossa atenção neste capítulo no conjunto de indicadores tidos como pertinentes para avaliar a evolução e repartição funcional do rendimento.

No quadro n.º 1 temos a repartição do rendimento nacional em duas grandes componentes: remunerações do trabalho e «excedente bruto de exploração».

Impõe-se começarmos por algumas observações de ordem metodológica:

- 1) Estamos perante duas séries, 1970-76 e 1977-81, que não são perfeitamente comparáveis, questão que, em boa medida, se deve à alteração sofrida a partir de 1977 no sistema de contas nacionais do INE;
- 2) Como uma das consequências de 1), na série 1977 a 1981 trabalhamos com o PNBcf como uma medida aproximada do rendimento nacional;
- 3) A componente «excedente bruto de exploração» inclui os rendimentos de empresa e propriedade da administração pública.

É em 1975 que as remunerações do factor trabalho apresentam maior peso, aproximando-se do valor assumido na maior parte dos países europeus desenvolvidos. De 1977 a 1979 há uma quebra⁸ continuada na proporção da massa salarial no rendimento, tendo-se observado em 1980 e 1981 uma melhoria de posição.

O peso do total das remunerações no rendimento nacional ter-se-á situado, em termos médios, à volta dos 59,5% no período de 1977-81.

Passemos agora à análise da componente «excedente bruto de exploração». O peso no rendimento nacional da componente «excedente bruto de exploração» aponta em 1981 (37,9%) para uma percentagem inferior à

⁷ Cf. INE. *Contas Nacionais*.

⁸ Quebra que resulta de facto, em termos de comparação com o período anterior, menos pronunciada, já que neste ano a percentagem é calculada, não sobre o PNLcf., mas sobre o PNBcf. (estão incluídas as amortizações).

Repartição do rendimento nacional

(Unidade: 1000 contos. Preços correntes)

(QUADRO N.º 1)

Designação	Anos							
	1970		1974		1975		1976	
	Valores absolutos	Porcentagem	Valores absolutos	Porcentagem	Valores absolutos	Porcentagem	Valores absolutos	Porcentagem
Remunerações do trabalho	77 502	52.0	170 030	57.3	225 223	69.6	271 699	68.7
«Excedente bruto de exploração»	71 639	48.0	126 612	42.7	98 524	30.4	123 768	31.3
Fluxos líquidos diversos para as famílias e administração pública	—	—	—	—	—	—	—	—
PNLcf	149 141	100.0	296 642	100.0	323 747	100.0	395 467	100.0

(QUADRO N.º 1. continuação)

Designação	Anos									
	1977		1978		1979		1980		1981	
	Valores absolutos	Porcentagem	Valores absolutos	Porcentagem	Valores absolutos	Porcentagem	Valores absolutos	Porcentagem	Valores absolutos	Porcentagem
Remunerações do trabalho	345 257	61.6	410 589	57.7	503 842	56.5	646 789	59.7	790 360	62.0
«Excedente bruto de exploração»	215 547	38.5	302 125	42.5	388 001	43.5	436 514	40.3	483 211	37.9
Fluxos líquidos diversos para as famílias e administração pública	- 595	- 0.1	- 1 058	- 0.1	- 171	- 0.0	767	0.1	1 450	0.1
PNBcf	560 209	100.0	711 656	100.0	891 672	100.0	1 084 070	100.0	1 275 021	100.0

Fonte: INE. Contas Nacionais.

observada em 1970 (48,0%). E no período de 1974 a 1976 que se regista menor peso desta componente, sendo 1977, 1978 e 1979 os anos em que se observa uma recuperação do peso no rendimento nacional da componente «excedente bruto de exploração».

Apontada a estrutura e evolução das duas grandes componentes do rendimento nacional, passemos à análise da composição da população activa civil com profissão, em idêntico período. Os quadros n.ºs 2 e 3 apontam para um acréscimo de 1970 para 1982 da ordem dos 40,6% e 22,7% nas categorias: patrões e trabalhadores por conta de outrem, respectivamente. No que respeita às categorias ligadas às «empresas individuais» regista-se de 1970 a 1982 um ligeiro acréscimo: da ordem dos 8,8% e 1,0% para os isolados e trabalhadores familiares e outros não remunerados, respectivamente. O total da população activa civil com profissão registou, ainda no mesmo período, um aumento da ordem dos 16,6%.

Embora a evolução das quatro principais categorias, no período em análise, não tenha sido linear, verifica-se que, em 1981, a 67,6% do total da população activa com profissão, que constituem os trabalhadores por conta de outrem, correspondiam 62,0% do total do rendimento nacional, sob a forma de remunerações do trabalho.

A primeira questão que se nos coloca reside no seguinte: para o rendimento dispomos de duas grandes categorias: remunerações do trabalho e «excedente bruto de exploração», enquanto para a população activa civil com emprego temos quatro categorias: patrões, isolados, trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores familiares e outros não remunerados. Trabalhando, por agregação das categorias patrões, isolados e trabalhadores familiares e outros não remunerados⁹, apenas com duas grandes categorias na população activa civil com profissão, teríamos os seguintes resultados no início e no fim do período:

1970:

- (1) 32,3% de «patrões» — 48% do rendimento nacional (sob a forma de «excedente bruto de exploração»);
- (2) 66% de trabalhadores por conta de outrem — 52% do rendimento nacional (sob a forma de remunerações do trabalho).

1981:

- (1) 31,7% de «patrões» — 37,9% do rendimento nacional (sob a forma de «excedente bruto de exploração»);
- (2) 67,6% de trabalhadores por conta de outrem — 62,0% do rendimento nacional (sob a forma de remunerações do trabalho).

Ou ainda:

Rendimento médio por activo	1970	1981
(1)	148,6	119,6
(2)	78,8	91,7
Relação (1)/(2)	1.89	1.30

⁹ Agregação que para este fim cremos justificar-se, já que no sector constituído por isolados e trabalhadores familiares e outros não remunerados não existe a categoria salário.

Estrutura da população activa civil com profissão, segundo a situação na profissão

(QUADRO N.º 2)

Anos	Total	Designação									
		Patrões		Isolados		Trabalhadores por conta de outrem		Trabalhadores familiares e outros não remunerados		Outros	
		Números absolutos	Porcentagem	Números absolutos	Porcentagem	Números absolutos	Porcentagem	Números absolutos	Porcentagem	Números absolutos	Porcentagem
1970 (a)	3 388	69	2,0	510	15,1	2 237	66,0	519 (a)	15,3	53	1,6
1974 (b)	3 767	109	2,9	591	15,7	2 485	66,0	579	15,4	3	0,0
1975 (b)	3 735	107	2,9	622	16,7	2 454	65,7	545	14,6	7	0,1
1976 (b)	3 820	85	2,2	609	16,0	2 474	64,8	624	16,3	28	0,7
1977 (b)	3 781	84	2,2	620	16,4	2 418	64,0	630	16,7	29	0,7
1978 (b)	3 808	84	2,2	624	16,4	2 462	64,7	603	15,8	36	0,9
1979 (b)	3 907	82	2,1	641	16,4	2 536	64,9	605	15,5	43	1,1
1980 (b)	3 962	89	2,2	606	15,3	2 673	67,5	576	14,3	27	0,7
1981 (b)	3 943	98	2,5	589	14,9	2 665	67,6	564	14,3	27	0,7
1982 (b)	3 949	97	2,5	555	14,1	2 744	69,5	524	13,3	28	0,7

(a) Inclui uma estimativa das domésticas agrícolas.

(b) Valores referentes ao 2.º semestre de cada ano.

Fontes: 1970, INE, *Recenseamento Geral da População*, 1970. 1940-80, *Inquérito Permanente ao Emprego*, II Série Retrospectiva, Dezembro de 1982. 1981-82, *Inquérito Permanente ao Emprego*, 1982.

Evolução da população civil com profissão, segundo a situação na profissão

(Números-índices)

(QUADRO N.º 3)

Anos	Designação									
	Total	Patrões		Isolados		Trabalhadores por conta de outrem		Trabalhadores familiares e outros não remunerados		
1970	100,0	89,9	100,0	63,3	100,0	86,3	100,0	90,0	100,0	89,6
1974	111,2	100,0	173,0	100,0	115,9	100,0	111,1	100,0	111,6	100,0
1975	110,2	99,2	155,1	98,2	122,0	105,2	109,7	98,8	105,0	94,1
1976	112,8	101,4	123,2	78,0	119,4	103,0	110,6	99,6	120,2	107,8
1977	111,6	100,4	121,7	77,1	121,6	104,9	108,1	97,3	121,4	108,8
1978	112,4	101,1	121,7	77,1	122,4	105,6	110,1	99,1	116,2	104,1
1979	115,3	103,7	118,8	75,2	125,7	108,5	113,4	102,1	116,6	104,5
1980	116,9	105,2	129,0	81,7	118,8	102,5	119,5	107,6	109,2	97,9
1981	116,4	104,7	142,0	89,9	115,5	99,7	119,1	107,2	108,7	97,4
1982	116,6	104,8	140,6	89,0	108,8	93,9	122,7	110,4	101,0	90,5

Fontes: ver quadro n.º 2.

Tomando, portanto, estes indicadores e respectiva evolução, no fim do período observa-se uma distribuição quase uniforme do rendimento entre quem partilha o que está incluído no «excedente bruto de exploração» (patrões, isolados e elementos de unidades produtivas de tipo familiar) e quem partilha a massa salarial. Embora não tenha sido linear a respectiva evolução, a repartição do rendimento nacional entre estes dois grupos parece ser mais favorável a estes últimos em 1981 do que em 1970.

Porém, esta análise é manifestamente insatisfatória. Por um lado, pode levar-nos a pensar que estamos perante salários *versus* lucros, quando, de facto, tal não acontece, isto é, nos lucros, nomeadamente, estamos perante o lucro propriamente dito, o excedente bruto de exploração proveniente de empresas individuais e familiares, de situações tão heterogéneas como a agricultura e os serviços, e ainda os rendimentos respeitantes ao sector público; por outro lado, as proporções assumidas no total podem ser efeito das relações de estrutura, apontando para diferenciações sectoriais importantes.

Acresce, finalmente, que esta análise apenas nos localiza o rendimento em termos individuais; e ainda aqui sem que nos seja possível chegar a uma caracterização sociológica minimamente satisfatória.

Ora parece ser básico pôr a ênfase na família, tomando esta como a sede mais adequada à compreensão das estratégias económicas e sociais. Sendo assim, vamos passar agora à análise do rendimento disponível das famílias, da sua evolução ao longo do período em análise, bem como das suas principais fontes de proveniência.

2.1 RENDIMENTO DISPONÍVEL DAS FAMÍLIAS: EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO

Começemos por observar os valores obtidos para a evolução em termos reais do rendimento disponível (quadro n.º 4). Relembre-se que, dada a alteração observada pelo INE, a partir de 1977, na elaboração das estatísticas referentes às Contas Nacionais, teremos de trabalhar com duas séries que não são rigorosamente comparáveis. Os valores reais foram

obtidos por aplicação aos valores a preços correntes da série do índice de preços ao consumidor do INE¹⁰, que para este efeito consideramos ser o deflacionador mais indicado.

Assim, e tomando como ano-base 1970, observa-se que o rendimento disponível terá sofrido em 1976 um aumento da ordem dos 22,4%, o que corresponde a uma taxa de crescimento médio anual da ordem dos 3,4% ao ano. De 1977 a 1981, em apenas quatro anos, o rendimento disponível das famílias regista um aumento, em termos reais, de 19,5%, isto é, cresce à taxa média anual de 4,6%.

Se tomarmos agora a evolução do rendimento disponível real *per capita*, para contemplar a evolução registada, ao longo do período em análise, pela variável população, verifica-se que, de 1970 a 1976, o rendimento disponível real *per capita* registou um crescimento médio anual da ordem dos 2,0%; de 1977 a 1981, o seu crescimento ter-se-á traduzido por uma taxa média de 3,6% ao ano.

Podemos, pois, concluir por um crescimento global do rendimento disponível das famílias; mais: regista-se um crescimento mais elevado de 1977 a 1981 do que de 1970 a 1976.

Evolução do rendimento disponível dos particulares

(Valores reais — IPC do INE)

(Números-índices)

(QUADRO N.º 4)

Designação	Anos								
	1970 (a)	1974 (a)	1975 (a)	1976 (a)	1977 (b)	1978 (b)	1979 (b)	1980 (b)	1981 (b)
Rendimento disponível total	100,0	118,4	121,1	122,4	100,0	104,0	109,5	118,2	119,5
Rendimento disponível <i>per capita</i>	100,0	115,1	112,7	112,9	100,0	103,5	107,5	115,0	115,4

(a) Deflacionamos os valores com base no IPC 1970 = 100.

(b) Deflacionamos os valores com base no IPC 1976 = 100.

Fontes: INE. *Contas Nacionais*. Custódio N. P. S. Cónin. *Crescimento Regional da População Portuguesa. Estimativas Inter-Censitárias, 1941-77*. Lisboa. INE. Série «Estudos», n.º 54. s. d. *Inquérito Permanente ao Emprego (II Semestre)*, INE. 1977-81.

A estrutura do rendimento disponível (quadro n.º 5), por seu turno, regista igualmente variação apreciável no período em análise. As remunerações do trabalho por conta de outrem, isto é, os salários e os vencimentos, contribuem para o rendimento total disponível das famílias numa proporção que de 55,2% em 1970 se reduz a 47,0% em 1981.

Mais uma vez, a evolução da proporção desta origem de rendimento das famílias não é linear. De destacar o período que vai de 1974 a 1976, durante o qual as remunerações do factor trabalho — além de serem as principais fontes de rendimento das famílias — atingem proporções mais elevadas (sobretudo nos anos de 1975 e 1976, onde rondam os 64,0%). O ano de

Origem do rendimento disponível dos particulares

(Unidade: 1000 contos)

(QUADRO N.º 5)

Anos	Designação									
	Rendimento disponível		Remunerações do trabalho por conta de outrem		Rendimentos da empresa e de propriedade dos particulares		Transferências correntes do Estado		Transferências privadas internacionais	
		Porcentagem		Porcentagem		Porcentagem		Porcentagem		Porcentagem
1970	143 637	100	79 313	55,2	58 095	40,4	5 508	3,8	15 024	10,5
1974	297 681	100	168 838	56,7	111 727	37,5	17 786	6,0	28 914	9,7
1975	350 974	100	224 241	63,9	107 821	30,7	32 248	9,2	27 962	8,0
1976	425 526	100	271 613	63,8	124 954	29,4	54 287	12,8	30 390	7,1
1977	561 979	100	292 718	52,1	198 331	35,3	70 026	12,4	43 548	7,7
1978	712 839	100	349 220	49,0	267 394	43,6	81 582	13,3	69 329	11,3
1979	932 516	100	427 702	45,9	362 247	38,8	97 113	10,5	116 066	12,4
1980 (P)	1 172 863	100	549 215	46,8	432 165	36,8	136 830	11,7	144 081	12,3
1981 (P)	1 422 913	100	668 541	47,0	529 523	37,2	176 277	12,4	168 920	11,9

Observação — Qualquer destes itens inclui a não dedução dos impostos directos, bem como as contribuições a cargo dos particulares. Por isso não soma 100 (estão em termos de rendimento pessoal).

Fonte: INE. *Contas Nacionais*.

1979 é aquele em que as remunerações do factor trabalho representam apenas 45,9% do rendimento disponível, valor que é o mais baixo no período em análise. É justamente em 1978 que outra fonte de rendimentos, particularmente importante depois de Abril de 1974, apresenta valor máximo — as transferências correntes do Estado, maioritariamente constituídas pela rubrica «prestações sociais», com 13,3% do total.

Para além dos rendimentos da empresa e propriedade dos particulares, que a partir de 1976 aparecem com uma tendência sempre crescente, são de destacar as transferências correntes do resto do mundo, na sua esmagadora maioria constituídas por remessas dos emigrantes. Com um peso da ordem dos 10,5% em 1970 e uma ligeira contracção, em termos do seu peso no rendimento disponível das famílias, de 1974 a 1977, as remessas representavam 11,3% do total em 1978, para em 1981 se situarem à volta dos 12%.

O rendimento disponível total das famílias aumentou, aumento esse que é concomitante com uma alteração significativa, sobretudo no período de 1977 a 1981, do peso de cada uma das fontes de origem do rendimento no total.

Como conclusão da nossa análise, podemos dizer que a estrutura e a evolução do rendimento disponível no período em causa, sobretudo nos seus últimos anos, não são de molde a sugerir que uma baixa dos salários se possa traduzir por idêntica quebra no rendimento disponível. Acrescenta-se ainda que tudo leva a crer que o aumento do rendimento disponível das famílias seja efectivamente maior do que aquele para o qual os indicadores apontam.

De facto, há duas questões a que seria necessário atender, mas para as quais não é possível um ensaio de quantificação: os números trabalhados referem-se ao cômputo do sector formal da economia, ficando, pois, de fora todas as outras fontes de rendimentos angariados na chamada economia subterrânea.

Por outro lado, no âmbito da própria economia formal, desenha-se uma subavaliação importante — a dos rendimentos provenientes da esfera produtiva agrícola. De facto, sendo a agricultura uma actividade económica caracterizada por um conjunto de traços específicos, nomeadamente a fusão da produção de valores de uso com a produção de valores de troca, no quadro de uma economia familiar, como diria Galéski¹¹, não será difícil perceber as sérias dificuldades que ao aparelho estatístico oficial se depararão na valorização de parte significativa da produção e rendimento agrícolas que escapam à esfera da circulação pelo mercado. Trata-se da questão do autoconsumo agrícola e alimentar, cuja subvalorização se repercute, nomeadamente, e para a análise que agora nos ocupa, no excedente bruto de exploração dos agentes económicos ligados à agricultura familiar e, de uma maneira geral, nos rendimentos agrícolas das famílias ligadas à agricultura. A ligação à agricultura concretiza-se quer por viverem exclusivamente da agricultura, quer, e será a maioria já em Portugal, por manterem com este sector uma relação por via da pluriactividade e/ou do plurirrendimento, sob a forma de uma agricultura a tempo parcial.

Resta-nos chamar a atenção para o facto de os dados que temos vindo a analisar se referirem à evolução da situação média das famílias. Não dis-

pomos, por enquanto, de material estatístico que permita avaliar as diferenças entre famílias e camadas sociais¹².

Retomando a perspectiva de uma sociologia da vida económica, que atrás procuramos introduzir e balizar, há ainda que aprofundar a influência de um conjunto de variáveis sociológicas (grupos sociais, grupos etários, tipos de famílias...) capazes de restituir o contexto sociológico das unidades económicas.

2.2 A REGIONALIZAÇÃO DOS INDICADORES

Procuraremos de seguida trabalhar alguns indicadores regionalizados de forma a problematizar as conclusões atrás apontadas, bem como contribuir, de certa forma, dentro dos limites que os dados estatísticos disponíveis nos impõem, para um ensaio de integração das variáveis sociológicas com as variáveis económicas.

Analisemos o quadro referente à repartição regional do rendimento das famílias. A informação estatística reporta-se agora a 1979, último ano para o qual dispomos por enquanto de elementos.

Primeira observação: o item ordenados e salários apresenta para o continente um valor relativamente atenuado, da ordem dos 42% do total.

É ainda em relação a este elemento do rendimento das famílias que a dispersão relativamente ao valor do continente, isto é, o valor médio, é das mais elevadas: de Bragança com -24 pontos percentuais (18%) a Setúbal com +16 pontos percentuais (58%).

As prestações sociais e os juros efectivos apresentam já o menor grau de dispersão e contribuem para o rendimento das famílias com 8% e 10%, respectivamente. As primeiras são particularmente importantes nos três distritos do Alentejo. Os juros efectivos têm uma distribuição regional que nos aparece relacionada com o valor assumido pelas transferências privadas internacionais, que, como se sabe, correspondem basicamente às remessas da emigração.

Quanto a estas últimas, que concorrem com 11% do total do rendimento das famílias ao nível do continente, apresentam, tal como na variável salários e ordenados, uma dispersão elevada: de Évora com -7 pontos percentuais relativamente à média (4%) aos distritos de Bragança e Viana do Castelo, ambos com +21 pontos percentuais quando comparados com o continente (32%).

Por fim, a variável excedente bruto de exploração encontra-se, em função da dispersão que apresenta relativamente à média, numa posição intermédia: Beja apresenta a proporção máxima (40%) e Setúbal o valor mínimo (22%).

De facto, a heterogeneidade regional das proporções assumidas por cada uma das fontes de origem no rendimento total das famílias implica concluir pela necessidade de matizar a análise feita no capítulo anterior, procurando integrar o contexto económico e social regionalmente diferenciado, de molde a possibilitar uma profícua problematização das conclusões a que chegámos na base dos valores assumidos para o continente.

¹² O *Inquérito às Receitas e Despesas Familiares para 1980/81* do INE não está ainda disponível.

Atente-se, por fim, em que a evolução dos salários e vencimentos afecta, de facto, de forma manifestamente diferenciada as diferentes zonas do País: apenas em dois distritos, esta origem dos rendimentos familiares representa mais de 50% do rendimento médio disponível — os distritos de Setúbal e Lisboa.

Repartição do rendimento (recursos) das famílias (S80 em INE-CN), 1979

(QUADRO N.º 6)

Distritos	Percentagem do rendimento (recursos) total das famílias					
	Excedente bruto de exploração	Ordenados e salários	Prestações sociais	Transferências privadas Internacionais	Juros efectivos	Outros Rendimentos
CONTINENTE	28	42	8	11	10	1
<i>Norte e Centro litoral</i>						
Porto	30	44	8	8	9	1
Braga	27	39	8	16	9	1
Aveiro	28	35	7	18	11	1
Coimbra	32	38	8	11	10	1
Leiria	33	30	7	19	10	1
Viana do Castelo	25	21	8	32	13	1
<i>Norte e Centro interior</i>						
Viseu	32	25	8	22	12	1
Vila Real	30	22	8	27	12	1
Bragança	28	18	8	32	13	1
Guarda	25	24	6	31	13	1
Castelo Branco	26	32	9	21	11	1
Santarém	36	36	8	10	9	1
Lisboa	23	54	8	5	9	1
Setúbal	22	58	8	4	7	1
<i>Alentejo</i>						
Portalegre	38	37	11	5	8	1
Évora	34	42	11	4	8	1
Beja	40	32	10	9	8	1
Faro	34	33	7	14	11	1

Fonte: F. Cordovil, C. Antunes, J. Campos e J. Santandr , *Contas de Rendimento das Famílias, no Continente, Distritos, Sub-Regiões e Regiões — Estimativas para os Anos de 1977 e 1979*, IACEP-GEPEI

2.2.1 Ensaio de regionalização de alguns indicadores de enquadramento socioecon mico

Da repartilha , em 1977, do emprego e do produto por sectores de actividade económica ressalta, de imediato, a ainda significativa importância da agricultura do ponto de vista do emprego total. Em termos da contribuição para o produto total, como já acontecia em relação ao emprego, o destaque vai para os serviços. A regionalização destes indicadores para os 18 distritos do continente, ou, se quisermos, as sub-regiões plano, revela-se particular-

mente importante para a questão que temos vindo a discutir. De facto, a diferentes estruturas económicas, de que os dois indicadores tratados dão, cremos, razoável aproximação, correspondem igualmente diferentes estruturas sociais.

Assim, no Norte e Centro litoral, se isolarmos o distrito do Porto, mais urbanizado e industrializado à luz destes indicadores, estamos perante as mais elevadas participações da indústria e construção, quer em termos de emprego, quer em termos de produto. Acresce que o sector serviços tem já

Repartição do emprego e do produto por sectores de actividade económica, 1977

(QUADRO N.º 7)

Distritos	Percentagem do emprego total			Percentagem do produto total		
	Agricultura	Indústria e construção	Serviços	Agricultura	Indústria e construção	Serviços
CONTINENTE	31	34	35	11	36	53
<i>Norte e Centro litoral</i>						
Porto	9	52	39	5	44	51
Braga	32	49	19	14	52	34
Aveiro	40	41	19	12	55	33
Coimbra	42	26	32	15	37	48
Leiria	48	30	22	20	44	36
Viana do Castelo	67	17	16	27	32	41
<i>Norte e Centro interior</i>						
Viseu	74	11	15	36	22	42
Vila Real	74	9	17	35	22	43
Bragança	78	7	15	37	18	45
Guarda	62	22	16	32	35	33
Castelo Branco	51	26	23	26	35	39
Santarém	34	31	35	25	34	41
Lisboa	5	30	65	3	25	72
Setúbal	14	57	29	9	63	28
<i>Alentejo</i>						
Portalegre	45	29	26	35	29	36
Évora	39	27	34	29	28	43
Beja	60	16	24	43	22	35
Faro	20	39	42	10	32	58

Fonte: F. Cordovil e J. Santandr . *Séries Regionalizadas do Produto, Remunerações e Excedente para 1977 e 1979 e do Emprego para 1977*, GEBEI-IA CEP.

um peso importante no que respeita ao produto, ainda que sendo o terceiro sector no que respeita ao emprego. A agricultura em termos de ocupação das pessoas é portanto importante. Se entrarmos com o distrito do Porto, o que se verifica é um acentuar das observações feitas com uma quebra sensível para o sector agrícola (9% do emprego total e 5% do produto total). O Norte e Centro interior aparecem-nos com uma estrutura económica substancialmente diferente. Ao nível do emprego destaca-se bastante a agricultura e ao nível do produto os serviços, logo acompanhado para a

maioria dos distritos do sector agricultura. Guarda e Castelo Branco são os distritos que apresentam maior proporção do produto do sector indústria e construção. O Alentejo encontra-se numa situação de certa forma próxima da região Norte e Centro interior no que respeita à repartição do produto pelos três sectores considerados — uma proporção ligeiramente superior para o produto agrícola, com uma correspondente menor proporção para o produto proveniente do sector serviços. Já em termos de emprego (salvo o distrito de Beja), há proporcionalmente mais emprego nos serviços e na indústria e construção civil.

**Repartição distrital do emprego remunerado
e do emprego não remunerado — 1977**

(Percentagens em cada distrito)

(QUADRO N.º 8)

Distritos	Percentagem	
	Emprego remunerado	Emprego não remunerado
CONTINENTE	67.9	32.1
Aveiro	53.9	46.1
Beja	64.0	36.0
Braga	66.1	33.9
Bragança	21.4	78.6
Castelo Branco	55.5	44.5
Coimbra	54.1	45.9
Évora	82.6	17.4
Faro	73.5	26.5
Guarda	42.4	57.6
Leiria	47.3	52.7
Lisboa	91.0	9.0
Portalegre	76.5	23.5
Porto	84.1	15.9
Santarém	75.3	24.7
Setúbal	85.7	14.3
Viana do Castelo	31.6	68.4
Vila Real	25.9	74.1
Viseu	29.2	70.8

Fonte: F. Cordovil e J. Santandre. *Séries Regionalizadas do Produto, Remunerações e Excedente para 1977 e 1979 e do Emprego para 1977*. GEBE-IACEP

A sub-região plano definida pelos distritos de Santarém, Lisboa e Setúbal é mais marcada pelo emprego nos serviços e na indústria e construção. Santarém conta ainda com uma proporção de trabalho agrícola importante, ligeiramente superior à média (31%). Do ponto de vista do produto, e à excepção do distrito de Setúbal, fortemente industrial, o peso vai para o sector dos serviços.

Desta resumida descrição parece-nos importante reter a geografia do emprego em Portugal; 14 dos 18 distritos do continente, em 1977, tinham na agricultura mais de 31% do emprego total. São apenas os distritos de Faro, Setúbal, Porto e Lisboa, por ordem decrescente da importância do emprego agrícola no total, que se encontram abaixo dos 31%. Ora sabe-se que a evolução do emprego no sector agrícola tem vindo a caracterizar-se, sobretudo nos últimos anos, por uma quebra sensível do trabalho assalariado no total, apontando para o predomínio de formas familiares de trabalho. Ainda

aqui, e dada a diversidade regional, particularmente acentuada no que respeita a este sector de actividade económica, esta evolução é particularmente visível nas sub-regiões plano: Norte e Centro litoral e Norte e Centro interior, onde predominam formas de agricultura familiar.

No que concerne ao emprego industrial e/ou na construção civil e no sector serviços para além do destaque, e em articulação com o valor assumido pela variável anterior, dos dois maiores centros urbanos, Lisboa e Porto, surgem-nos os distritos de Setúbal, Braga e Aveiro pelo peso do emprego industrial.

Importância económica e social da agricultura

(QUADRO N.º 9)

Distritos	Número de explorações agrícolas Número de famílias residentes (em percentagem de 1968-70)	Emprego agrícola em percentagem do emprego total em 1977	Produto agrícola em percentagem do PIB total em 1977	Rendimento agrícola em percentagem do rendimento total das famílias em 1977
	(1)	(2)	(3)	(4)
CONTINENTE	36,4	31,0	11,3	10,7
<i>Norte e Centro litoral</i>				
Porto	20,0	9,2	4,7	4,9
Braga	46,7	31,8	13,8	11,5
Aveiro	52,2	40,0	12,4	12,4
Coimbra	59,7	42,6	15,2	14,1
Leiria	56,0	47,9	20,1	17,1
Viana do Castelo	68,6	67,1	27,2	18,4
<i>Norte e Centro interior</i>				
Viseu	73,7	74,6	35,9	26,7
Vila Real	65,4	74,6	35,5	24,6
Bragança	65,0	78,1	37,0	22,8
Guarda	68,1	61,6	31,8	21,1
Castelo Branco	56,6	50,9	26,5	19,7
Santarém	41,8	33,8	25,3	22,5
Lisboa	8,9	5,2	2,7	2,9
Setúbal	12,3	13,7	8,7	9,2
<i>Alentejo</i>				
Portalegre	33,9	44,6	35,3	30,9
Évora	20,5	39,3	29,4	26,3
Beja	33,6	59,8	42,6	35,6
Faro	40,3	19,6	9,7	10,7

Fonte: F. Cordovil, trabalho não publicado.

A repartição distrital do emprego não remunerado e do emprego remunerado no emprego total permite-nos ainda aprofundar a análise do emprego. Assim, onze dos dezoito distritos apresentam para o emprego não remunerado uma taxa superior à do continente (32,1%); mais, à excepção do distrito de Beja, todos eles se recortam com as sub-regiões Norte e Centro litoral e Norte e Centro interior. Apontando ainda aqui para a importância da agri-

cultura familiar. Relembre-se que são justamente estas as duas grandes sub-regiões plano onde o peso dos salários e remunerações e do excedente bruto de exploração no rendimento disponível das famílias é mais equilibrado.

Podemos, pois, concluir pela importância económica e social que a agricultura, em termos gerais, apresenta. Passemos então ao quadro que nos fornece alguns dos indicadores de caracterização do que chamamos a importância económica e social da agricultura. Uma questão pertinente é a que se traduz no indicador número de explorações agrícolas/número de famílias residentes (continente e distritos/sub-regiões plano). De facto, abstraindo do porte económico da agricultura praticada, vemos substancialmente aumentada a participação da agricultura na ocupação das famílias.

Tomando, portanto, a unidade familiar, sociologicamente a unidade mais capaz de restituir as diferentes realidades sociais e as económicas, especificamos melhor a importância do trabalho agrícola, por um lado, e a do rendimento agrícola, por outro. Em média, em 1977, o rendimento proveniente da agricultura representava 10,7% do rendimento total das famílias. Acima deste valor encontravam-se 14 dos 18 distritos (tendo o distrito de Faro valor exactamente igual à média).

A importância do rendimento agrícola no rendimento total das famílias no Norte e Centro interior e no Norte e Centro litoral aponta nitidamente para uma agricultura familiar que, do ponto de vista que temos estado a discutir, funciona, em boa medida, como uma retaguarda de outras fontes de rendimento, designadamente do salário.

Ensaíamos, por fim, e para os sectores industrial e construção civil, o cálculo da média dos salários nos distritos de Setúbal e Braga, tomando estes dois distritos como as duas grandes zonas industriais mais próximas dos dois maiores centros urbanos do País — Lisboa e Porto. Atentemos nos resultados obtidos:

1977.

Unidade: contos	Setúbal (1)	Braga (2)	$\frac{(2)-(1)}{(1)}$
Salários industriais — média (anual)	157.0	82.8	(-47.3%)
Salários na construção civil — média (anual)	96.5	57.6	(-40.3%)
Salários indústria - construção civil — média (anual)	137.0	78.7	(-42.6%)

Fonte: F. C. Cordovil e J. Santradré, *Séries Regionalizadas do Produto, Remunerações e Excedente para 1977 e 1979 e do Emprego para 1977*, GEBEI/IA CEP, 1983

Estes resultados sugerem que são visivelmente muito acentuadas as diferenças regionais entre os salários pagos: em 1977, o salário médio industrial anual em Setúbal era de 157 contos, enquanto em Braga era pouco mais de metade.

Os desfazamentos observados são suficientemente elevados para que a diferente estrutura industrial, por um lado, e a natureza de classe dos

operários, por outro, não deixem de se constituir como variáveis das mais pertinentes na procura de linhas de explicação para este facto. Não iremos, por ora, aprofundar estas questões. Diremos, todavia, que a importância da agricultura familiar a norte do Tejo aponta justamente para fenómenos de pluriactividade ou, se quisermos, para situações de semiproletarização (entendida aqui em sentido amplo) de grande número de famílias.

Em 1979¹³, a agricultura a tempo parcial no distrito de Braga, medida através da proporção de produtores agrícolas individuais com actividade remunerada fora da exploração na indústria e construção civil, rondava os 16,1% do total dos produtores agrícolas individuais. Tomando este valor como a média do distrito, que mais não é do que o *plafond* mínimo da agricultura a tempo parcial, digamos assim (já que se reporta apenas a um dos membros do agregado familiar que, maioritariamente, coincidirá com o chefe de exploração), verificamos que acima da média se encontram, por ordem decrescente, os concelhos de Vila Nova de Famalicão (32,3%), Amares (21,7%), Guimarães (21,0%), Esposende (17,3%), Barcelos (16,9%) e Braga (16,1%). A importância da agricultura nestes concelhos, medida pela percentagem de famílias com exploração agrícola no total das famílias, varia, por seu turno, 13,5% em Braga a 52,8% em Amares.

A reunião destes indicadores obedeceu, portanto, à tentativa, limitada à informação regional disponível, que é manifestamente escassa, de caracterizar económica e socialmente as diversas regiões, procurando que na análise regionalizada dos rendimentos disponíveis médios das famílias se enquadrassem e restituíssem os contextos sociais locais.

3. PADRÕES DE CONSUMO E ESTRATÉGIAS DE AFORRO

Pretende-se aqui, e com os elementos estatísticos disponíveis, passar à análise da evolução e composição da repartição do rendimento disponível das famílias — da despesa das famílias às estratégias de poupança. Para tal construímos um conjunto de indicadores sumariados nuns tantos quadros, cobrindo o período de 1970 a 1981.

Antes de mais, começaremos por referenciar as dificuldades observadas em construir uma série com características de homogeneidade, dadas as lacunas existentes nos dados, particularmente no período de 1970 a 1976. Neste período não poderemos, com a informação do INE, tratar de forma pormenorizada nomeadamente a composição do consumo alimentar e do consumo não alimentar. De 1977 a 1981, a informação é já detalhada, o que não significa, por si só, que nos ofereça maiores garantias de homogeneidade de critérios e/ou de qualidade dos dados. Cabe ainda referir que, no que respeita ao consumo alimentar, de novo nos confrontamos com o problema do auto-abastecimento, isto é, o autoconsumo alimentar não foi incluído, nem sequer através de uma estimação, como no caso de outros dados, como os referentes à produção.

Passemos então à descrição dos resultados obtidos através de uma «arrumação» dos elementos estatísticos trabalhados. Começemos por

¹³ Recenseamento Agrícola do Continente de 1979, INE

observar a estrutura da utilização do rendimento disponível. A preços correntes, temos o seguinte quadro (em percentagem):

(QUADRO N.º 10)

	Rendimento disponível = 100	Consumo total	Poupança (p/ diferença)
1970		85,2	14,8
1974		86,5	13,5
1975		86,6	13,4
1976		88,0	12,0
1977		80,5	19,5
1979		73,9	26,1
1980		71,9	28,1
1981		73,5	26,5

Fonte: INE. *Contas Nacionais*.

De 1970 a 1976 é de crer na homogeneidade da série e para o período de 1977-81 há uma mudança significativa no sistema de contabilidade nacional adoptado até então pelo INE, o que faz com que devamos trabalhar com duas séries: 1970 a 1976 a 1977 a 1981. Em 1977, os juros líquidos representavam 20% do consumo total, e é a consideração desta rubrica que justamente explica a quebra de 7,5 pontos percentuais no consumo de 1976 para 1977.

Feita esta nota de carácter metodológico, podemos dizer que para o período anterior a 1977 é plausível pensar que, não tendo sido suficientemente contemplados os aspectos relacionados com a rubrica juros líquidos, o consumo percentualmente representa menos e, portanto, a poupança também percentualmente representa mais do que os valores apresentados no quadro¹⁴.

Sendo assim, os valores relativos à estrutura do rendimento disponível na óptica da sua utilização apontam para o peso e a importância relativa da poupança: 1981 parece desenhar o início de uma outra tendência, digamos mais desfavorável à componente poupança, e só informação para os anos subsequentes permitirá esclarecer esta questão.

Segundo o Prof. J. Manuel Nazareth¹⁵, de 1970 a 1980, a população terá crescido cerca de 800 000 habitantes, crescimento esse que não está igualmente repartido por todos os anos. Há a considerar três períodos distintos: 1970-73 caracterizar-se-ia por uma relativa estabilização no crescimento, ou até por um pequeno decréscimo; 1974-76 é um período de grande crescimento (importância dos retornos da Europa, mas sobretudo das ex-colónias); 1977-80 (81), período de estabilidade e até de um eventual decréscimo.

De facto, relembre-se, os valores deflacionados do rendimento disponível *per capita* apresentam uma evolução de sentido positivo em todo o período, à excepção dos anos 1975 e 1976, onde há um ligeiro decréscimo

¹⁴ Quer isto dizer que a quebra percentual verificada no consumo de 1976 para 1977 é realmente menor do que a que os números sugerem, como resultado de uma não homogeneidade de critérios de cômputo.

¹⁵ J. Manuel Nazareth, «Conjuntura demográfica da população portuguesa no período de 1970-80: aspectos globais», in *Análise Social*, n.ºs 81-82, 1984.

quando comparados com o valor assumido em 1974, mas em 1977 o valor é já superior ao daquele ano. De 1970 a 1976 há um acréscimo de cerca de 13,0% no rendimento disponível, o que, em termos reais, aponta para uma taxa média de crescimento anual da ordem dos 2,0% ao ano. De 1977 a 1981, o rendimento disponível real *per capita* cresce à taxa média de 3,6% ao ano. O consumo total *per capita* apresenta já uma evolução mais variável: de 1977 para 1981 regista-se um aumento de 4,4%, o que equivale a uma taxa de crescimento médio anual de 1,1% ao ano. A poupança *per capita* é sempre crescente, à excepção de 1976, apresentando no último período em análise (1977-81) uma taxa de crescimento médio anual de 13,0% ao ano.

Evolução do rendimento disponível, consumo total e poupança «per capita»

(Número-índices — em volume)

(QUADRO N.º 11)

Designação	Anos					
	1970	1974	1975	1976	1977	1981
Rendimento disponível <i>per capita</i>	100	115,1	112,7	113,0	100	115,4
Consumo total <i>per capita</i>	100	116,5	114,0	116,2	100	104,4
Poupança <i>per capita</i> (a)	100	104,9	101,6	91,8	100	163,3

(a) Calculada por diferença.

Fontes: *Contas Nacionais*, INE. *Inquérito Permanente ao Emprego* (2.º semestre), 1978-81. Custódio N. P. S. Cónin. *Crescimento Regional da População Portuguesa. Estimativas Inter-Censitárias, 1941-77*, Lisboa, INE. Série «Estudos», n.º 54. s. d.

No quadro que nos dá a evolução em volume das variáveis rendimento disponível, consumo e poupança das famílias conclui-se, tomando como ano-base 1977, ter havido um crescimento continuado do rendimento disponível e da poupança, enquanto o consumo total apresenta uma evolução mais variável.

Assim, em 1981, último ano em observação, o rendimento disponível relativamente a 1977 tinha sofrido um aumento da ordem dos 19,5%; o consumo total, um aumento muito menos acentuado, da ordem dos 8,0%; em contrapartida, a poupança, um aumento de 69,7%.

Poder-se-á concluir que, do ponto de vista dos agentes económicos famílias se não observa uma degradação de rendimentos, o que se traduziu por um ligeiro acréscimo no consumo total e um reforço bastante apreciável da componente poupança.

Num esforço de melhor caracterizar o sentido da evolução referida, passemos à apresentação e discussão dos elementos relativos ao consumo.

Uma primeira aproximação à estrutura e evolução do consumo final das famílias passa pela análise da sua estrutura em termos de consumo alimentar¹⁶ e de consumo não alimentar. Para o período de 1970 a 1976, como já referimos, não vamos ter elementos pormenorizados, o que faz com que tenhamos de restringir a análise do consumo a estes dois grandes agre-

¹⁶ Por consumo alimentar entende-se aqui, por dificuldades estatísticas, o consumo alimentação, mais bebidas, mais tabaco.

gados. Vamos trabalhar, para este efeito, com os preços correntes, uma vez que, *grossa modo*, as proporções se mantêm, pese embora a elevação dos preços. Para o período de 1977 a 1981 tentaremos, no entanto, precisar um pouco mais esta questão.

**Evolução em volume do rendimento disponível,
consumo total e poupança das famílias**

(QUADRO N.º 12)

Designação	Anos								
	1970	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Rendimento disponível	100.0	118.4	121.1	122.4	100.0	104.0	109.5	118.2	119.5
Consumo total	100.0	120.2	123.1	126.3	100.0	97.7	101.4	105.1	108.0
Poupança (a)	100.0	108.2	110.1	99.4	100.0	131.4	145.2	175.2	169.7

(a) Por diferença.

Fonte: INE. *Contas Nacionais*.

Observamos então três períodos, chamemos-lhe assim. De 1970 a 1974, a proporção do consumo alimentar no consumo total apresenta uma tendência decrescente: de 54,2% em 1970 para 49,3% em 1974. Paralelamente, o consumo não alimentar passa de 45,8% do consumo total em 1970 para 50,7% em 1974. Ora, a uma elevação do rendimento a partir de certo *plafond*, o que se regista é justamente o funcionamento da lei de Engel — a percentagem dos gastos com a alimentação declina com o aumento das despesas dos consumidores.

Estrutura do consumo total (preços correntes) (em percentagens)

(QUADRO N.º 13)

Designação	Anos								
	1970	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Consumo total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Consumo com alimentação, bebidas e tabaco	54.2	49.3	51.0	50.1	41.0	39.8	39.5	37.2	37.0
Consumo não alimentar	45.8	50.7	49.0	49.9	59.0	60.2	60.5	62.8	63.0

Fonte: INE. *Contas Nacionais*.

O segundo período, constituído pelos anos de 1975 e 1976, caracteriza-se, deste ponto de vista, por uma moderada elevação na proporção dos gastos em consumo alimentar e, conseqüentemente, uma ligeira quebra nos gastos em consumo não alimentar. Podemos encontrar uma explicação para este facto se atendermos a que 1974-76 é um período de grande crescimento populacional, por um lado, e um período marcado por um aumento substancial dos rendimentos do trabalho, por outro. Finalmente, um terceiro e último período, de 1977 a 1981, caracterizado por uma redução substancial da parte do consumo alimentar, acompanhada, como não podia deixar de ser para o indicador calculado, por um acréscimo significativo da parte destinada ao consumo não alimentar. Retoma-se, portanto, neste período, a tendência só ligeiramente perturbada nos anos de 1975 e 1976, já observável no primeiro período que definimos.

Trabalhemos agora este último período com vista a melhor caracterizar a evolução e a estrutura dos dois grandes tipos de consumo. Para tal vamos passar a trabalhar os dados deflacionados, utilizando para este efeito o índice de preços no consumidor do INE desagregado por categorias de produtos.

Primeira observação: em termos reais é menor, efectivamente, a participação do consumo alimentar no consumo total; para 1977, por exemplo, passa de 41,0% a preços correntes para 39,6% (IPC 1976 = 100).

A marcha diferenciada dos preços segundo categorias de produtos permitir-nos-á então avaliar melhor o comportamento da variável macro-económica consumo das famílias. Impossibilitados que estamos, neste momento, de obter e trabalhar dados referentes ao consumo por regiões e/ou grupos socioprofissionais, o aprofundamento tão exaustivo quanto possível dos dados agregados permitir-nos-á apontar para uma definição aproximada do padrão médio de consumo.

Passemos então à análise dos indicadores. Concentremos a nossa atenção nos referentes à estrutura do consumo alimentação bebidas e tabaco, para posteriormente passarmos a encetar idêntica análise no que respeita ao consumo não alimentar.

Relembremos, antes de mais, a subavaliação de que sofre o consumo alimentar e que se irá reflectir em idêntica subavaliação do consumo total, função da não consideração (em termos de uma estimativa) do chamado autoconsumo alimentar, particularmente importante, sobretudo em meio rural, mas, parece-nos a nós, importante também em meio urbano, através justamente daquilo a que costumamos chamar redes de autoconsumo alimentar¹⁷.

Dentro do consumo alimentação, bebidas e tabaco, é a componente alimentação, como seria de esperar, a que maior peso percentual apresenta. Em 1977 representava 87,5% do total e no fim do período em estudo (1981) 86,3%. O restante pertencia ao consumo de bebidas e de tabaco — de destacar o peso assumido pelas bebidas alcoólicas e pelo próprio tabaco (6,5% e 5,3%, respectivamente, em 1977 e 7,1% e 6,0% em 1981), aliás, em crescimento sensível neste período. Dentro do consumo alimentar estrito, analisemos num primeiro momento a sua evolução por categorias de produtos. De 1977 a 1981, o consumo de leite, queijo e ovos cresce, em termos reais, 23,7%, os óleos e gorduras 5,7%, as batatas e outros tubérculos registam um ligeiro aumento de 0,6% e o açúcar de 8,1%. Todas as outras categorias de produtos que enformam o consumo alimentar sofrem uma quebra mais ou menos acentuada, dependendo da marcha diferenciada dos respectivos preços e da maior ou menor capacidade de substituição entre si. O pão e os cereais vêm o seu consumo diminuir 5,3%, o pescado e as carnes, mais o primeiro do que o segundo, diminuem igualmente (-5,8% e -2,6%, respectivamente), frutas e produtos hortícolas apresentam uma quebra de 5,7%, o chá, café e cacau 8,5% e os outros produtos alimentares (rubrica pouco homogénea) 2,2%.

O consumo alimentar e de bebidas no total regista, assim, de 1977 a 1981, uma diminuição em termos absolutos da ordem dos 0,8%. A evolução *per capita* regista, por seu turno, uma quebra da ordem dos 4,1%. O comportamento deste indicador conjugal com a quebra do salário real

¹⁷ Nomeadamente por via das relações de parentesco mas eventualmente não so

aponta para a existência neste período de um processo de diferenciação económica que estamos impossibilitados de quantificar e analisar.

Quanto à estrutura do consumo alimentar, e sendo a expressão monetária, através dos sistemas de preços diferenciados, a única forma de trabalhar estas questões, atente-se no seguinte: a carne, as frutas e produtos hortícolas, o pescado e o pão e cereais são os produtos que mais pesam no consumo total, tanto no início como no fim do período. Em 1981 há, no entanto, uma ligeira alteração que se traduz numa maior aproximação (em termos da contribuição para o total) das categorias pescado e pão e cereais. Ao ligeiro decréscimo na participação do item carnes e ao mais acentuado decréscimo do pescado corresponde, em 1981, uma contribuição maior, da ordem dos 2,1 pontos percentuais, do item leite, queijo e ovos. Ora é aqui, cremos, que o jogo dos preços diferenciados, bem como o da sua marcha evolutiva também diferenciada, associados às possibilidades de substituição interprodutos¹⁸, permitirão perceber as adaptações possíveis por parte dos consumidores.

Vejamos agora o consumo não alimentar. Neste agregado assiste-se a um aumento generalizado, salvo no caso da habitação, água, electricidade e combustíveis¹⁹, onde se regista uma quebra da ordem dos 6%. De destacar as rubricas cuidados médicos e despesas de saúde (59,4% de aumento); recreio, distração, educação e cultura (18%); vestuário e calçado (17,6%); e mobiliário, equipamento e despesas domésticas correntes (14,2%). O consumo não alimentar cresce, em termos reais, 13,3% de 1977 a 1981, o que sugere um índice de melhoria que, cremos, os dados não traduzem completamente. Tomemos a evolução em termos reais da rubrica cuidados médicos e despesas de saúde: o seu crescimento é efectivamente maior do que o registado por estes números, já que as comparticipações estatais cobrem cerca de 70% das vendas de medicamentos.

Quanto à estrutura do consumo não alimentar, em 1977 os transportes e comunicações eram a rubrica com maior contribuição para o total, seguindo-se-lhe os bens e serviços diversos — item tão pouco homogêneo, que se torna difícil, se não impossível, tecer quaisquer comentários — e o vestuário e calçado. No fim do período observam-se ligeiras quebras na participação das duas primeiras componentes e também um ligeiro aumento na participação do vestuário e calçado para o total. Note-se ainda que o recreio, distração, educação e cultura participava em 1977 já com cerca de 9% e em 1981 representava 9,4%; ora é esta componente de consumo não alimentar, relembremos, a que cresce mais significativamente depois do item cuidados médicos e despesas de saúde.

Isolemos agora a análise das subcomponentes dos quatro principais grupos de produtos em termos do crescimento observado no período. Nas despesas em cuidados médicos e de saúde, o destaque, em termos de crescimento mais acelerado, vai para medicamentos e outros produtos farmacêuticos, com uma taxa de crescimento da ordem dos 120,1% em apenas 4 anos. Todas as outras sub-rubricas têm crescimento abaixo do crescimento do agregado que se pode tomar, para estes efeitos, como a média. Verifica-se até que, no que respeita a despesas em cuidados hospitalares, há uma diminuição que se cifra em 33,9%. Cremos que este crescimento deve andar intimamente ligado à maior expansão e cobertura do

¹⁸ Remetendo para a questão dos chamados bens substituíveis.

¹⁹ Item que não inclui as rendas de casa.

Estrutura do consumo final das famílias (percentagens)

(Em volume)

(QUADRO N.º 14)

Designação	Anos				
	1977	1978	1979	1980	1981
Consumo total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Consumo alimentar, bebidas e tabaco	39,6	38,9	36,7	36,6	36,7
Consumo não alimentar	60,4	61,1	63,3	63,4	63,3
<i>Consumo alimentar</i>	(87,5)(a)100,0	(88,0)(a)100,0	(87,6)(a)100,0	(87,0)(a)100,0	(86,3)(a)100,0
Pão e cereais	12,8	13,1	13,7	12,2	12,3
Carnes	29,6	29,9	30,5	28,5	29,3
Pescado	13,3	12,3	10,9	12,3	12,7
Leite, queijo e ovos	8,4	9,7	9,9	11,2	10,5
Óleos e gorduras	5,1	5,8	5,8	5,7	5,5
Frutas e produtos hortícolas	19,3	20,9	20,9	21,1	18,5
Batatas e outros tubérculos	4,7	4,8	4,8	5,3	4,8
Açúcar	2,5	2,6	2,6	2,9	2,8
Café, chá e cacau	1,1	0,8	1,0	0,9	1,0
Outros produtos alimentares	2,4	2,2	1,9	2,2	2,4
<i>Bebidas não alcoólicas</i>	(0,6)(a)	(0,7)(a)	(0,7)(a)	(0,6)(a)	(0,6)(a)
<i>Bebidas alcoólicas</i>	(6,5)(a)	(5,6)(a)	(5,7)(a)	(6,6)(a)	(7,1)(a)
<i>Consumo não alimentar</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Vestuário e calçado	15,9	16,1	16,3	16,4	16,5
Habituação, água, electricidade e combustíveis	11,2	11,7	10,7	10,1	9,3
Mobiliário, equipamento e despesas domésticas correntes	16,7	15,4	16,1	16,6	16,8
Tabaco	(5,3)(a)	(5,7)(a)	(5,9)(a)	(5,8)(a)	(6,0)(a)
Cuidados médicos e despesas de saúde	7,1	8,1	8,5	9,4	10,0
Transportes e comunicações	20,3	20,2	19,7	19,8	20,0
Recreio, distrações, educação e cultura	9,0	8,9	8,9	8,9	9,4
Bens e serviços diversos	19,8	19,6	19,8	18,8	18,0

(a) Em relação a consumo alimentar, bebidas e tabaco.

Fonte: INE, *Contas Nacionais*.

sistema de saúde, através de uma melhoria quer na cobertura médica, quer de equipamentos de saúde²⁰.

Evolução do consumo final das famílias

(Números-índices — em volume)

(QUADRO N.º 15)

Designação	Anos				
	1977	1978	1979	1980	1981
Consumo total	100.0	97.7	101.4	105.1	108.0
Consumo alimentar, bebidas e tabaco	100.0	95.8	94.0	97.0	99.9
Consumo não alimentar	100.0	99.0	106.2	110.4	113.3
<i>Consumo alimentar</i>	100.0	95.5	93.4	96.5	99.2
Pão e cereais	100.0	99.3	100.8	92.0	94.7
Carnes	100.0	97.3	96.8	92.8	97.4
Pescado	100.0	88.7	77.2	88.7	94.2
Leite, queijo e ovos	100.0	111.1	110.8	128.7	123.7
Óleos e gorduras	100.0	109.1	107.5	108.0	105.7
Frutas e produtos hortícolas	100.0	103.9	102.0	104.9	94.3
Batatas e outros tubérculos	100.0	98.2	96.3	109.2	100.6
Açúcar	100.0	97.4	95.1	112.1	108.1
Café, chá e cacau	100.0	73.5	82.8	79.9	91.5
Outros produtos alimentares	100.0	86.3	72.4	86.3	97.8
Bebidas não alcoólicas	100.0	105.5	106.8	94.8	93.0
Bebidas alcoólicas	100.0	82.4	83.2	99.5	109.5
<i>Consumo não alimentar</i>	100.0	99.1	106.1	110.2	113.3
Vestuário e calçado	100.0	100.1	108.5	113.7	117.6
Habitação, água, electricidade e combustíveis	100.0	103.8	102.2	99.7	94.0
Mobiliário, equipamento e despesas domésticas correntes	100.0	91.6	102.9	110.2	114.2
Tabaco	100.0	101.7	103.5	104.6	113.1
Cuidados médicos e despesas de saúde	100.0	111.8	127.0	145.9	159.4
Transportes e comunicações	100.0	98.4	103.0	107.5	111.5
Recreio, distrações, educação e cultura	100.0	97.9	104.0	108.8	118.0
Bens e serviços diversos	100.0	97.9	106.2	104.9	103.1

Fonte: INE, *Contas Nacionais*.

Observemos agora o crescimento das componentes da despesa em recreio, distração, educação e cultura. O consumo de serviços de cultura e recreio foi o que mais cresceu — 59% de 1977 para 1981, imediatamente seguido do consumo de livros, jornais e revistas (52,6%). Acrescente-se que apenas se regista um decréscimo no consumo de equipamentos recreativos e sua reparação (—8,9%). Só informação mais detalhada sobre esta rubrica nos permitirá qualificar e aprofundar a tendência observada pelas despesas

²⁰ Como refere J. Manuel Nazareth («Conjuntura demográfica da população portuguesa no período de 1970-80: aspectos globais», in *Análise Social*, n.ºs 81-82, 1984), a mortalidade infantil registou uma diminuição da ordem dos 55% de 1970 para 1980. Para os dois sexos, por outro lado, a esperança de vida estimada em 1979, quando comparada com a de 1970, aponta para um ganho de 5 anos durante este período. Note-se que cerca de 80% da evolução na mortalidade infantil ocorreu no período de 1974-81.

em lazer. É todavia plausível que tenha havido alterações, designadamente na natureza dos equipamentos recreativos²¹.

Nos gastos em vestuário e calçado, a única pormenorização que possuímos só nos permite destacar o aumento acentuado dos gastos em calçado, incluindo reparações: 50,3%. Estamos aqui condicionados, mais do que nas outras rubricas, à inexistência de elementos estatísticos mais desagregados que nos possibilitassem afinar a análise.

Estrutura e evolução dos consumos (em volume)

(QUADRO N.º 16)

Designação	Anos		
	1977 (porcen- tagens)	1981 (porcen- tagens)	1981 (1977 = 100)
<i>Cuidados médicos e despesas de saúde (a)</i>	100.0	100.0	156.6
Medicamentos e outros produtos farmacêuticos ...	47.9	67.3	220.1
Aparelhos e material terapêutico	3.5	2.7	119.6
Serviços médicos e de enfermagem	38.4	25.7	104.8
Cuidados hospitalares	10.2	4.3	66.1
<i>Recreio, distrações, educação e cultura</i>	100.0	100.0	120.2
Equipamentos recreativos, seus acessórios e reparação	37.8	28.7	91.1
Serviços de cultura e recreio	24.9	32.9	159.0
Livros, jornais e revistas	13.6	17.2	152.6
Educação	23.7	21.2	107.4
<i>Vestuário e calçado</i>	100.0	100.0	117.3
Vestuário, incluindo reparações	90.2	87.5	113.7
Calçado, incluindo reparações	9.8	12.5	150.3
<i>Mobiliário, equipamento e despesas domésticas correntes</i>	100.0	100.0	123.1
Móveis e acessórios fixos, tapetes e alcatifas e sua reparação	20.1	18.6	114.4
Texteis domésticos, outros artigos de mobiliário e suas reparações	20.8	25.3	149.6
Electrodomésticos e outros bens de equipa- mento doméstico e sua reparação	13.8	20.2	180.1
Loiças, vidros, cutelarias e outros utensílios domésticos e sua reparação	14.1	10.9	95.3
Despesas correntes com a habitação	19.3	14.9	94.6
Serviços domésticos	11.9	10.1	104.6

(a): Não há deflacionador para a sub-rubrica seguros de acidente pessoal e de saúde.
As taxas de crescimento diferem das do quadro anterior, já que aqui o valor de cada rubrica resulta do Σ das sub-rubricas depois de aplicado o respectivo índice de preços.

Fonte: INE. *Contas Nacionais*.

Finalmente, no consumo de mobiliário, equipamento e despesas domésticas correntes, o destaque vai para a subcomponente deste tipo de despesas, electrodomésticos e sua reparação, com um crescimento nestes

²¹ Não deixa de ser interessante referir aqui que «Portugal (e hoje) o segundo país da Europa em termos de número de computadores *per capita*» (*Semanário* de 20 de Abril de 1985).

quatro anos da ordem dos 80,1%. Seguem-se-lhe, embora a um ritmo significativamente mais baixo, os têxteis domésticos, outros artigos de mobiliário e sua reparação. A despesa em serviços domésticos regista um modesto crescimento da ordem dos 4,6%. Parece-nos, no entanto, plausível a hipótese de nestes gastos se observarem mais acentuadamente do que em qualquer outra rubrica das despesas fenómenos de clandestinidade que se traduziriam por uma subavaliação deste tipo de despesas, tanto mais que uma expansão do emprego feminino suporia um acréscimo da necessidade destes serviços.

Atente-se, por fim, na análise do item transportes e comunicações, que no período em causa registou, em termos reais, um crescimento de cerca de 11,5% (17,0% no quadro n.º 17)²². De 1977 a 1981 é o sub-item serviço de transportes aquele que maior taxa de crescimento regista (28,2%); refira-se, no entanto, que na compra de veículos e nas despesas com transporte próprio se observa uma elevação real de 12,8%, sendo, ainda em termos reais, as despesas na compra de veículos aquelas que apresentam maior crescimento (18,1%).

**Estrutura e evolução dos consumos em transportes
e comunicações (em volume)**

(QUADRO N.º 17)

Designação	Anos		
	1977 (porcen- tagem)	1981 (porcen- tagem)	1981 (1977 = 100)
<i>Transportes e comunicações</i>	100.0	100.0	117.0
<i>Compra de veículos a)</i>	23.0	23.2	118.1
<i>Despesas com transporte próprio b)</i>	42.2	39.6	109.8
<i>Serviço de transportes</i>	28.8	31.6	128.2
<i>Comunicações</i>	6.0	5.6	108.9
<i>a) + b)</i>	65.2	62.8	112.8

Fonte: INE. *Contas Nacionais*.

Da análise do consumo não alimentar, que pretendemos tão pormenorizada quanto possível, parece-nos poder concluir por um padrão com contornos tendencialmente definidos por um padrão de consumo de classe média.

Tomemos ainda, no sentido de melhor esclarecer esta questão, o quadro onde agregamos a informação global sobre o consumo total das famílias em três grandes grupos de consumos.

Primeira observação: a introdução das despesas em restaurantes, cafés e hotéis (item até então diluído no conjunto de despesas em bens e serviços diversos) traz como consequência um aumento, se bem que ligeiro, das despesas em alimentação e bebidas. A introdução das despesas em alimentação fora de casa não se impõe apenas do ponto de vista da análise quantitativa. De facto, colocando a questão do consumo em termos de uma abordagem sociológica, na esteira de uma sociologia da vida económica, este tipo de despesas e a sua evolução são um elemento particularmente importante. Assim, de 1977 a 1981 há um crescimento real da ordem dos 13,8% nas despesas referentes à alimentação consumida fora de casa.

²² Cf. A diferença remete para o processo de cálculo.

Consumo final das famílias por grandes grupos de produtos

(Evolução e estrutura — em volume)

(QUADRO N.º 18)

Designação	Anos		
	1977 (porcen- tagem)	1981 (porcen- tagem)	1981 (1977 = 100)
Consumo total	100.0	100.0	108.0
Grupo I	52.7	49.2	100.9
1) Alimentação e bebidas	—	—	—
2) Habitação, água, electricidade e combustíveis	—	—	—
3) Despesas em restaurantes, cafés e hotéis	—	—	113.8
1) + 3)	—	—	101.9
Grupo II	21.8	23.3	115.6
1) Tabaco	—	—	—
2) Vestuário e calçado	—	—	—
3) Mobiliário, equipamento e despesas domésticas correntes	—	—	—
Grupo III	25.5	27.5	116.3
1) Cuidados médicos e despesas de saúde	—	—	—
2) Transportes e comunicações	—	—	—
3) Recreio, distração, educação e cultura	—	—	—
4) Bens e serviços diversos	—	—	—

Fonte: INE, *Contas Nacionais*.

Como diria Smelser²³, é necessário especificar em qualquer teoria do consumo o aspecto significativo da despesa que se pretende estudar. No caso específico do consumo de alimentos é pertinente ter em atenção os seguintes tipos de relações sociais:

- 1) Sexo e idade;
- 2) Ecologia;
- 3) Recursos económicos;
- 4) *Status* profissional dos membros da família.

Ora é justamente em conexão com este último aspecto que se pode discutir a evolução das despesas em alimentação fora de casa:

Se o aumento de rendimento provém do emprego da mulher, pode aumentar a proporção gasta na alimentação, pois há utilização de alimentos que incluem o custo dos serviços (congelados) e um número maior de refeições em restaurantes.

Voltando ao quadro com a agregação das despesas nos três grandes grupos atrás referidos, a evolução em termos reais faz destacar precisamente o grupo III. Os três grupos aparecem, com base no critério número-índice de 1981 (1977=100), assim ordenados: grupo III, 116.3; grupo II, 115.6; e grupo I, 100.9. O consumo total neste período registou um aumento real da ordem dos 8%.

²³ Neil J. Smelser. *A Sociologia da Vida Económica*, São Paulo. Livraria Pioneira Editora, 1968.

Para o consumo total em 1977 contribuía decisivamente o grupo I, que representava mais de 50% daquele; seguia-se-lhe já o grupo III, com uma participação da ordem dos 25,5%, e só depois o grupo II (21,8%). No final do período observa-se uma alteração na contribuição de cada um dos três grupos: diminuição da participação do grupo I de 3,5 pontos percentuais; o grupo III vê a sua participação aumentada 2 pontos percentuais e a participação do grupo II aumenta 1,5 pontos percentuais.

Esta apresentação dos dados aponta claramente para o que dizíamos atrás: em termos macro desenha-se um padrão de consumo que, à falta de melhor designação, se aproxima de um padrão de «classe média». Na falta de informação mais detalhada por regiões do País e/ou grupos socioprofissionais, fica, no entanto, esta hipótese de trabalho.

A guisa de conclusão, referiremos um conjunto de questões tidas como pertinentes, mas para as quais não dispomos ainda de elementos suficientemente tratados.

Trabalhamos sempre com dados deflacionados e para tal socorremos-nos do IPC do INE, discriminado por categorias de produtos; interessam-nos uma discriminação do índice igual ou muito próxima daquela que possuíamos para o consumo. Ora nem sempre isto foi possível, e nesses casos fomos obrigados a introduzir algumas hipóteses simplificadoras que não terão deixado de enviesar a marcha do índice de preços. Com esta observação pretendemos chamar a atenção para a possibilidade de, nalgumas categorias de produtos, os índices utilizados não traduzirem a evolução real do consumo efectivo desses bens.

A outro nível colocam-se problemas relacionados com as comparações para períodos anteriores, bem como comparações internacionais. No que respeita às primeiras, a pesquisa deve incidir no tratamento quantitativo de elementos provenientes de outros organismos que trabalham informação estatística, como o Departamento Central de Planeamento²⁴, bem como através da exploração tão exaustiva quanto possível dos *Inqueritos às Receitas e Despesas Familiares* do INE. As comparações internacionais, e sobretudo nesta matéria, parecem-nos de facto importantes, mas quando suficientemente conhecidos os critérios utilizados de país para país. A não verificar-se esta precaução, as comparações internacionais conduzem-nos, inevitavelmente, a conclusões erróneas.

O desenvolvimento de uma adequada sociologia de consumo implica, como refere Smelser²⁵, a pesquisa orientada em três linhas:

- 1) Uma nova análise de orçamento, transversal de atitudes e outros dados que nos permitam avaliar das categorias sociológicas que parecem contribuir como as fontes mais importantes na variação da procura do consumidor;
- 2) A realização de novas pesquisas empíricas orientadas explicitamente para as variáveis sociológicas de classe social, ciclo de vida...;
- 3) A tentativa de combinar diferentes variáveis sociológicas em modelos definidos do comportamento do consumidor.

²⁴ As estimativas do DCP com base nos valores agregados fornecidos pelo INE nas *Contas Nacionais* publicadas em 1972, cobrindo o período de 1953-67. Posteriormente, estas séries foram corrigidas e actualizadas até 1973, tendo-se utilizado então um nível de agregação maior que o primitivo.

²⁵ Neil J. Smelser. *A Sociologia da Vida Económica*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1968.